

INVESTIMENTOS EM 1990
(Orçamento Fiscal)

Ministério/Órgão	NCz\$ milhões (maio/89)	% sobre o total
Transportes	1.413,5	16,70
Interior	1.345,3	15,93
Exército	936,2	11,09
Aeronáutica	777,6	9,21
Agricultura	757,3	8,97
Saúde	668,3	7,91
Previdência	641,3	7,59
Educação	623,8	7,39
Fazenda	392,8	4,65
Marinha	328,1	3,88
Presidência	327,8	3,87
Justiça	93,7	1,11
Indústria e Comércio	47,6	0,57
Cultura	35,9	0,42
Trabalho	20,2	0,24
Relações Exteriores	9,5	0,11
Minas e Energia	7,4	0,08
Ministério Públco	2,8	0,03
Total	8.440,6	100,00

1) Investimentos com recursos do Tesouro (não inclui estatais)

Fonte: Orçamento de 1990/Sof-Seplan

Os ministérios querem elevar suas cotas nas receitas da União

por Arnaldo Carvalho

de Brasília

Mesmo representando apenas 8,5% das receitas correntes ou 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB), a verba de NCz\$ 8,4 bilhões (US\$ 7 bilhões) que o orçamento federal de 1990 reserva para os investimentos da administração direta deverá ser um dos principais alvos de discussão no Congresso.

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) informou ontem que os ministérios reivindicavam NCz\$ 22 bilhões para investimentos, a preços de maio último, em projetos e atividades consideradas "prioritárias". Para atendê-los seria preciso elevar ainda mais a receita esperada com o pacote fiscal ou colocar mais títulos.

Como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fixou limites para a colocação de títulos e impediu a previsão de despesas sem cobertura de recursos orçamentários, a SOF acabou cortando em cerca de 50% o nível de investimentos da administração federal em relação a 1989. Os cortes atingiram praticamente todas as áreas, de forma não linear.

Mesmo prevendo a utilização de NCz\$ 2,1 bilhões provenientes da parcela de colocação líquida de títulos permitida pela LDO para investimentos prioritários (que não pode ultrapassar 10% da receita tributária líquida), o Executivo ainda teve que contar com cerca de NCz\$ 4 bilhões condicionados à aprovação do pacote fiscal no Congresso.

Se o aumento de impostos e contribuições não for aprovado, quase a metade destes investimentos terá que ser cancelada, segundo técnicos da Secretaria de Planejamento (Seplan). A escassez de recursos e esta condicionalidade devem contribuir para acirrar as pressões dos diversos ministérios sobre o Congresso, durante a análise do orçamento.

Os critérios de distribuição dos investimentos seguiram as prioridades da LDO, segundo estes técnicos, o que explicaria o fato de 16,7% do total ter sido destinado ao Ministério dos Transportes e 15,9% ao Ministério do Interior. Ao contrário de áreas como minas e energia, estes dois ministérios não contam com os investimentos de empresas estatais em volume expressivo.

A mesma explicação foi dada para a destinação de 24,1% às Forças Armadas, que receberão no conjunto NCz\$ 2,04 bilhões para investimentos em equipamentos e instalações, principalmente o Ministério do Exército receberá 11,09% do total (NCz\$ 936,2 milhões). O Ministério da Marinha ficará com 3,8% (NCz\$ 328,1 milhões), praticamente a mesma verba de investimento destinada aos órgãos da Presidência da República.

Dos NCz\$ 777,6 milhões que o Ministério da Aeronáutica investirá, representando 9,2% do total, a maior parte destina-se à modernização de aeroportos. O sistema de controle de voo receberá NCz\$ 160 milhões, embora fossem reivindicados NCz\$ 360 milhões para cobrir toda a região amazônica.

A destinação de NCz\$ 623,8 milhões (7,3%) para o Ministério da Educação foi a única a incorporar aumentos reais em relação a 1989, segundo a SOF. Áreas como saúde, trabalho, previdência e mesmo educação

receberão recursos expressivos também do orçamento de seguridade social, distribuídos entre dezenas de órgãos.